

Diogo Carvalho

Resenha: RUBIM, Albino; ROCHA, Renata. (Org). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012.

O tema das políticas culturais ainda é pouco explorado nas universidades brasileiras. Assim, para a institucionalização deste campo de análise é necessário que os estudantes entrem em contato com material bibliográfico introdutório. Deste modo, o livro *Políticas culturais* preenche uma lacuna relativa a um referencial teórico básico para o aprofundamento analítico. Renata Rocha e Albino Rubim, organizadores, acertaram na escolha dos temas e autores convidados, cujos textos possuem uma linguagem acessível a estudantes que estejam interessados nos estudos sobre cultura e seus desdobramentos políticos.

Rubim, no primeiro artigo, realizou um panorama sobre a origem das políticas culturais no Ocidente. Para isso, ele analisou o desenvolvimento das instituições culturais francesas e suas transformações. Grosso modo, Rubim divide, em dois períodos distintos, a atuação do Ministério da Cultura da França. O primeiro aborda a sua criação, na década de 1930, quando possuía características elitistas e canônicas, com forte influência da cultura erudita sobre o conceito de cultura e patrimônio adotados pelo ministério francês deste período. O outro momento foi fruto dos questionamentos do maio de 1968, que pressionou o Ministério pela adoção de um conceito de cultura mais abrangente. Além da ampliação do conceito, as transformações ocasionadas por esta nova dinâmica social propiciaram uma descentralização da atuação do Ministério, combinando suas ações com realidades municipais. É importante ressaltar que no segundo período, o Estado francês passou a acolher a diversidade cultural, como um elemento importante na formulação das políticas culturais, e se afastou da antiga noção de cultura, baseada em símbolos culturais eruditos e estereótipos da cultura de elite francesa.

Rubim também abordou o papel dos organismos internacionais e suas deliberações sobre as políticas culturais. Para isso, o papel da Unesco foi esmiuçado e suas

· Historiador e Mestre em Cultura e Sociedade.

intervenções sobre o tema foram expostas. Rubim divide a atuação da Unesco em três momentos singulares. O primeiro momento foi caracterizado pelas iniciativas relativas à discussão acerca da identidade cultural e sua importância na formação da identidade nacional, conjuntura esta impulsionada pela emergência de Estados Nacionais recém-independentes e carentes de uma identidade nacional instituída. O segundo momento foi caracterizado pela influência do neoliberalismo, neste organismo multilateral, e suas implicações relacionadas à mercantilização da produção cultural, bem como o papel do Estado no campo da cultura que, segundo esta lógica, deveria apenas regular o mercado. O terceiro momento enfoca a retomada do papel do Estado, na formulação e execução de políticas culturais, bem como a adoção do conceito de diversidade cultural como elemento basilar destas políticas. Assim, foram destacados, pelo autor, os diversos documentos elaborados pela Unesco, ao longo dos últimos anos, e que reafirmam esta prerrogativa do Estado em ser o agente público de execução das políticas culturais.

No artigo subsequente, Alberto Freire analisou alguns mecanismos de financiamento cultural existentes na contemporaneidade. Para realizar esta análise, Freire realizou um resgate das formas de financiamento, na Antiguidade romana e na Idade Média europeia, e as transformações no conceito relativo ao mecenato. Além deste panorama sobre como a cultura foi financiada, ao longo da história, o autor enumerou uma série de dados que apontam a importância do campo da cultura no setor econômico contemporâneo. Freire também realizou uma reflexão crítica sobre as leis de incentivo à cultura, suas motivações, origens e impactos no setor cultural. Em sua crítica, o autor se posicionou a favor da reforma da atual Lei Rouanet, argumentando que os recursos deveriam ser aplicados em projetos que não possuam somente um viés mercadológico e comercial, mas sejam direcionados ao desenvolvimento social e à democratização do acesso à cultura, sempre levando em consideração, nas escolhas de financiamento, a diversidade cultural brasileira, como um elemento essencial para o acolhimento das propostas financiadas.

Os temas relacionados aos conceitos relativos ao patrimônio cultural foram desenvolvidos por Adalberto Santos, que traçou o histórico desta expressão. Santos destaca que o interesse pelo patrimônio cultural só foi explicitado pelos organismos internacionais, no pós-Segunda Guerra Mundial. É de conhecimento público que, durante a guerra, o patrimônio cultural, material e imaterial foi objeto de saques e repressões, que resultaram na extinção de determinadas tradições culturais, assim como

determinados bens tangíveis foram roubados e nunca mais encontrados. Por isso, instituições como a Unesco começaram a debater este tema, com o intuito de garantir o mínimo de segurança para estes bens, em tempos de guerra, e impedir que determinados atos fossem reproduzidos no futuro. A ideia relativa ao que é material e ao que é imaterial também foi problematizada. Além destes temas, o autor direciona sua argumentação para elementos estruturais da política nacional de preservação, cujo início se constitui no Estado Novo, através da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nas páginas subsequentes, o professor Adalberto Santos abordou os organismos estatais criados pela ditadura militar. Santos frisou por diversas vezes que a política cultural da ditadura era dirigida com censura, cujo propósito principal foi amalgamar uma ideia de homogeneidade da sociedade brasileira, com vistas à autenticidade da identidade cultural brasileira. O arquétipo da brasilidade atrelada à miscigenação foi trabalhado pela indústria cultural, com o intuito de promover o Brasil como um país livre de conflitos étnicos e sociais, e estimular o turismo, a partir destas construções imaginárias sobre a brasilidade.

Segundo Santos, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, o patrimônio imaterial foi considerado pelas instituições de tombamento como tão relevante quanto os bens culturais de natureza material. Deste modo, foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, com livros de tombamento específicos para uma gama de expressões culturais intangíveis. Com estas novas formas de tombamento, surgem outros olhares sobre o conceito de patrimônio nacional, antes atrelado à homogeneidade da identidade cultural da nação, passando a ser visto como algo mais dinâmico, mutável e diverso, o que resulta na aceitação da pluralidade cultural da sociedade brasileira.

As especificidades políticas do setor artístico também foram objeto de análise neste livro. Gisele Nussbaumer, em “Cultura e Políticas para as artes”, abordou as transformações no conceito de cultura e como este significado ainda é restrito às artes, na grande maioria das ações resultantes das políticas culturais. Nussbaumer observou que por mais que aceitemos a dimensão antropológica de cultura, onde a sociabilidade e o comportamento produzem o significado e, portanto, as culturas, as políticas culturais ainda são pautadas pela dimensão sociológica de cultura, cuja significação está relacionada ao sistema de produção e consumo artístico cultural, ou seja, uma parcela

significativa das ações relacionadas às políticas culturais ainda é destinada a este segmento. Um contraponto a este quadro foi a administração de Gilberto Gil e Juca Ferreira, quando ambos foram ministros da cultura, durante os anos do Governo Lula. Nesta administração, o conceito antropológico de cultura foi evidenciado e ações relacionadas à cultura como comportamento foram efetivadas, sempre levando em consideração a diversidade cultural do País, possibilitando a grupos sociais historicamente marginalizados o acesso a mecanismos públicos de fomento e consumo cultural. Nussbaumer ressalta que, apesar destes avanços relativos à inclusão, reconhecimento da diversidade, diálogos públicos, aumento de receitas e institucionalização de mecanismos estruturantes, as ações específicas do Minc para as artes poderiam ter sido mais arrojadas, do ponto de vista da sua especificidade. Porém, como a autora observa, a Fundação Nacional das Artes teve seu orçamento elevado em 700%, quando comparado ao orçamento de 2003, ainda que este número seja insuficiente para atender à demanda continental do Brasil.

As políticas para o audiovisual emergem através do artigo de Laura Bezerra e Renata Rocha, que realizaram um resgate das políticas para o audiovisual, no Ocidente, e seus reflexos no Brasil. De acordo com as autoras, na primeira legislação normativa, a atividade audiovisual foi promulgada no Governo de Getúlio Vargas, quando o Estado interveio no setor, de diferentes formas. No decorrer do artigo, Bezerra e Rocha descrevem o caminho instável e por vezes autoritário da relação entre o Estado brasileiro e o audiovisual.

A polissemia do conceito ampliado de cultura e a transversalidade que ele adquiriu na esfera social e política foram discutidos por Clécia Côrtes, cuja exposição dos debates relativos à diversidade cultural e à inclusão da cultura na agenda dos direitos humanos, em fóruns internacionais, enriqueceu o artigo de exemplos que, somados, ajudam a visualizar o quadro de disputa política sobre a conceituação do termo cultura e suas imbricações aos Estados modernos. A autora esclarece que a adoção da diversidade como uma característica intrínseca das culturas forçou o remodelamento de organismos públicos, adaptando-os à pluralidade cultural e à necessidade de formulação de políticas específicas. Côrtes observa que o acolhimento da diversidade, no Governo Lula, como um princípio paradigmático, modificou a forma de diálogo entre o poder público e a sociedade civil, cuja participação se tornou mais democrática e diversa, incluindo agrupamentos identitários na composição do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Esta nova relação do Estado com as culturas identitárias, fruto da adoção pelo Minc do conceito ampliado de cultura, permitiu que o Brasil fosse mais incisivo e independente em debates, no plano internacional, a exemplo da participação brasileira na articulação política que se desdobrou na Convenção Para Proteção e Promoção da Diversidade da Unesco.

Em quase todos os artigos fica evidente que, nos últimos anos, o País modificou suas instituições culturais, que passaram a adotar conceitos mais amplos de cultura. Estas transformações, por vezes, aparecem deslocadas de um contexto político mais amplo, ou seja, as mudanças no campo da cultura foram ocasionadas por uma disputa política sobre o papel que o Estado brasileiro deveria desempenhar na sociedade.

Resenha recebida em janeiro de 2013 e aprovada em fevereiro de 2013.